



Desde já, construir a pauta da data-base

Em 2008, repasses cresceram 12% acima dos salários e comprometimento nunca foi tão baixo!

Este é o momento de começarmos a construir nossa pauta de reivindicações e a necessária mobilização para transformá-la em realidade.

O crescimento do ICMS acima da inflação nos últimos anos e a intransigência do Cruesp fizeram com que o comprometimento dos recursos das universidades com salários atingisse, em 2008, o menor valor histórico desde que a dotação foi fixada em 9,57% do ICMS: 77,33% na média das três universidades. A USP conti-

nua com o menor comprometimento entre as três universidades: 76,36%.

Esse pequeno comprometimento teria permitido um aumento significativo dos salários em 2008, inclusive a incorporação da parcela fixa, mantendo os recursos para custeio e capital acima dos valores médios observados desde 1995.

Em nossa última reunião com o Cruesp, ao final de 2008, apresentamos uma análise sobre o crescimento do ICMS e salários, com a qual em essência os reitores

concordaram. Nos últimos três anos, os repasses às universidades acumularam um crescimento cerca de 29% acima dos salários. Apenas em 2008 a diferença foi de aproximadamente 12%. Há portanto um grande espaço acumulado para reajuste salarial em 2009, mesmo que eventualmente ocorra alguma perda de arrecadação.

Além do salário...

Como sempre, nossa pauta de lutas deve incluir questões de interesse de toda a população, como a expan-

são do ensino público superior de qualidade, e questões relativas ao funcionamento interno das universidades, como as políticas de permanência estudantil e a ampliação do corpo docente.

Parte dessas reivindicações depende de questões orçamentárias. Por isso, vimos lutando para o aumento dos recursos públicos para a educação: 33% da arrecadação estadual de impostos para a educação, dentro do qual estão os 11,6% da quota parte estadual do ICMS para as universidades e 2,1% do mesmo impos-

to para o Centro Paula Souza.

Sem medo da crise

Não podemos permitir que a crise econômica seja usada para justificar perdas salariais, mesmo porque tais perdas, assim como o aumento do desemprego, as isenções e reduções de impostos, a convivência com a sonegação, a fragilização das relações trabalhistas e diversas outras propostas e fatos que têm surgido são menos consequências da crise e, mais, causas para sua intensificação no futuro.

Hora de pagar o gatilho!

A lista de beneficiários entregue pela USP à Justiça em 20 de outubro de 2008 contemplou várias de nossas demandas após mais de 12 meses de negociação com a Reitoria. Entretanto, apesar de esta lista incorporar cerca de 400 docentes não incluídos na lista anteriormente apostilada (Diário Oficial de fevereiro de 2006), novas falhas foram identificadas e apresentadas à administração da universidade.

Listas de janeiro/09

Enquanto mantinha negociação com a Reitoria, visando a inclusão de novos nomes na lista de beneficiários, corria o prazo para a Adusp se manifestar judicial-

mente, até 19/01/09, sobre a lista entregue pela Reitoria em outubro de 2008. Atendendo nossa solicitação, a USP entregou ao Juiz, em 16/01/09, uma lista complementar que incluía mais 122 nomes com direito a serem beneficiários, além de uma relação de 28 nomes a serem excluídos da lista de outubro por litispendência (de fato, apenas 21 desses nomes constam da lista de beneficiários de 20/10/08).

Considerando que, com as recentes inclusões, houve um atendimento significativo de beneficiários, a Adusp em sua manifestação de 19/01/09, requereu ao juiz a execução imediata da sentença para os já considerados beneficiários.

Nesta manifestação, a Adusp também solicitou ao Juiz que inste a USP a justificar e comprovar, caso a caso, todas as exclusões que promoveu a fim de que nenhum docente tenha seu direito preterido por conta de erro material.

As divergências remanescentes com a Reitoria sobre beneficiários, como é o caso, entre outros, dos pesquisadores dos museus, continuarão a ser objeto de nossas manifestações à Reitoria e ao Juiz.

Em 2/02/09, a USP apresentou informações complementares à lista dos 28 nomes (excluídos em 16/01/09), apresentando o número dos processos em que os referidos docentes seriam beneficiários em lides idênticas. Em 9/02/09,

a Adusp solicitou uma extensão do prazo para se manifestar a respeito desses casos.

Agilidade

A Adusp está atualizando sua página www.adusp.org.br com as listas apresentadas pela USP em juízo. Aguardamos a entrega oficial da lista dos excluídos com os respectivos motivos para que, além da apresentação na página, publiquemos um jornal com todas essas informações. É preciso mais agilidade da Reitoria na entrega dessa lista, cujo pedido foi reiterado na nossa manifestação ao juiz em 19/01/09.

Como já mencionamos, as listas são de inteira responsabilidade da Reitoria da USP e a Adusp não coloca ou retira

nomes de beneficiários na ação. O que temos feito é procurar explicações e apontar incoerências nas listas apresentadas e para isso pedimos que todos os docentes colaborem informando a Adusp de eventuais erros materiais.

O momento é de execução da sentença para os docentes já reconhecidos como beneficiários. Não há nenhuma razão para que a reitoria não proceda aos pagamentos devidos para esses docentes. Estamos solicitando uma reunião com a Reitoria a fim de discutir essa questão e os demais pontos pendentes. Com a palavra a Reitoria.

Não deixe de consultar na página da Adusp as mudanças na lista de beneficiários.

Demissão de Brandão agride liberdade sindical

A escalada de perseguições políticas desfechadas pela Reitoria da USP desde o encerramento da ocupação de 2007 atingiu um novo patamar em 8/12/2008, quando Claudionor Brandão, diretor do Sintusp e representante dos funcionários no Conselho Universitário (CO), foi exonerado pela reitora Suely Vilela “por justa causa”, ao final de processo administrativo interno no qual é acusado de haver invadido a biblioteca da FAU durante a greve de 2005.

Em novembro, coincidentemente, Brandão já sofrera uma suspensão de 20 dias, em outro processo, por sua participação em episódio ocorrido em 2006, quando apoiava movimento de trabalhadores terceirizados da USP contra condições de trabalho degradantes (*Informativo Adusp* 270). Assim, em diferentes processos a administração tratou de acumular acusações contra o sindicalista.

“O que a Reitora ataca é a organização dos trabalhadores da USP”, diz ele, explicando que a sua situação pessoal é o que menos importa no caso: “Não vamos projetar isso na figura do Brandão”. Em 9/6/08, o *Informativo Adusp* 261 publicou reportagem em que o sindicalista denuncia as péssimas condições de trabalho existentes no bandeirão central.

Processo

“É necessário reverter a demissão”, afirma Magno Carvalho, diretor do Sintusp. “Por trás da Reitora está o governador Serra”, denuncia Magno, lembrando que o Sintusp está sendo processado para pagar mais de R\$ 360 mil à Reitoria, a título de indenização por danos supostamente sofridos durante a ocupação ocorrida em 2007.

No dia 11/12, uma comissão de lideranças avistou-se com o chefe de gabinete, pro-

fessor Carlos Alberto Amadio, com a finalidade de solicitar à Reitoria a reincorporação de Brandão. O vice-presidente da Adusp, professor César Minto, integrou a comissão. Em 16/12, foi realizado diante da Reitoria da USP um ato de protesto contra a exoneração do diretor do Sintusp, com a participação de centenas de pessoas, inclusive representantes de diversas entidades sindicais.

O Sintusp prepara ação judicial para obter a reintegração de Brandão. “Até constitucionalmente, ele tem imunidade como dirigente sindical. Não pode ser demitido por ações sindicais. Não cometeu falta grave, não cometeu violência”, argumenta Magno.

O juiz do trabalho Jorge Luiz Souto Maior, professor da Faculdade de Direito da USP, declarou ao *Informativo Adusp* que considera “radi-

cal” e “grave” a atitude da Reitoria, por atentar contra as potencialidades da USP: “É completamente indevida a utilização de dispensas como represália pela atuação sindical. Embora tenha todo um procedimento para justificar, o fato é que transparece ser uma represália à atuação do Claudionor Brandão em defesa dos funcionários, dos trabalhadores terceirizados e, portanto, em defesa da própria instituição”.

Unesp

Também na Unesp está ocorrendo uma grave situação de perseguição a um grupo de professores, que estão sendo ameaçados de morte. Segundo a Adunesp, os docentes Afrânio Soriano Soares, Mauro Donizeti Tonasse, Palímecio Gimenes Guerrero Júnior e João Vicente Coffani Nunes, que lecionam no campus expe-

rimental da cidade de Registro, vêm se opondo “às atitudes autoritárias e aos desmandos da coordenadoria executiva do campus”.

Ao que parece, as medidas defendidas por esses professores, tais como realização de concursos públicos pautados na impessoalidade; constituição de um órgão colegiado local, respeitada a legislação em vigor; e prestação de contas do Conselho de Curso da unidade de Registro desagradaram alguns interesses. As ameaças foram transmitidas por telefone e mensagens eletrônicas. A Adunesp denunciou o fato à Reitoria da Unesp, que anunciou uma investigação do assunto.

As ameaças tiveram início há mais de um ano, como atestam boletins de ocorrência registrados por Afrânio Soares em 19/10/07, quando sua casa foi pichada e ele foi vítima

de intimidações, e por Palímecio Júnior em 23/11/07, quando recebeu as primeiras ameaças de morte. “Todo mundo quer ir embora. Queremos sair de Registro”, disse Afrânio ao *Informativo Adusp*, referindo-se ao grupo. “Estamos abalados”.

Uma representação encaminhada pelos docentes ao delegado seccional de Polícia, Sebastião Corrêa, informa que em 26/8/08 foi solicitado ao coordenador executivo do campus de Registro da Unesp, professor Sérgio H. Benez, por meio do ofício 555/08, a divulgação do balanço financeiro da unidade, sem que esse pedido tenha sido atendido. “Mas o mais grave”, assinala o documento, é que em 9/12/08 ocorreu “uma ameaça de morte via e-mail a três docentes”, exatamente os que assinaram o citado ofício.

MTE movimentando processo de registro sindical do Andes-SN

Por meio de edital publicado no Diário Oficial da União de 22/1/09, com base na nota técnica 32/2009 da Secretaria de Relações do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) convoca os sindicatos de professores do ensino superior público ou privado a manifestarem-se, no sentido de permitir o levantamento de eventuais conflitos de base com vistas a subsidiar o ministério na superação do impasse provocado pela suspensão do registro sindical do Andes-Sindicato Nacional (*Informativo Adusp* 266). O edital estabelece o prazo de 20 dias para as manifestações.

Como consequência imediata desta medida o Andes-SN retornou ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), na situação de

“processo apenso”. Nesse processo consta a solicitação protocolada no MTE, em 4/12/08, pelo Andes-SN, pleiteando que a suspensão do registro sindical se limite às bases das entidades que contestaram, em juízo, o registro sindical publicado em 2003, enquanto esse processo permanecer em curso.

Apesar da convicção quanto ao direito do Andes-SN de representar os docentes das instituições públicas e privadas, nos termos das decisões judiciais transitadas em julgado no STJ e STF nos anos 1990, a direção do Sindicato Nacional avalia que a iniciativa do MTE favorece a criação de condições para superar o problema.

Consignações

Várias entidades sindi-

cais, entre elas o Andes-SN, foram afetadas pela Portaria Normativa 1/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), editada em março.

A portaria determinava que o repasse das contribuições dos servidores (consignações) às respectivas entidades sindicais (consignatárias), mediante desconto na folha de pagamentos, dependesse de declaração, emitida pelo MTE, de que tais entidades possuem registro sindical. Registro que, no caso do Andes-SN, fora suspenso arbitrariamente desde 2003!

Após gestões do Andes-SN junto ao MPOG e MTE, a situação foi superada e novos convênios serão firmados. Esses convênios permitem que as contribuições dos servidores sejam descontadas e repassa-

das aos sindicatos.

Porém, em função de dificuldades internas e da descontinuidade dos trabalhos por conta do recesso de final de ano, a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG ainda não finalizou os convênios a serem assinados com as seções sindicais do Andes-SN.

No entanto, os responsáveis pelo setor de convênios asseguraram que estes serão processados, nos termos acordados entre o professor Ciro Correia, presidente do Andes-SN, e o secretário da SRH, Duvanier Paiva, em 27/11/08 — e é possível que nos próximos dias estejam concluídos, fazendo cessar os prejuízos que o atraso tem provocado para muitas seções sindicais do Andes-SN.

CO aprova licenciatura à distância

Parecer de relator da CAA, porém, afirmava que a proposta “não tem condições de implantação imediata”

O Conselho Universitário da USP (CO) aprovou na sessão de 10/2 a criação de um curso de licenciatura em Ciências à distância, que fará parte do Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), iniciativa do governo estadual conduzida pela Secretaria Estadual de Ensino Superior.

O principal objetivo anunciado do curso é a formação de professores de ciências para o ensino fundamental. Terá carga horária total de 2.835 horas, das quais 52% à distância. As aulas presenciais serão distribuídas da seguinte maneira: 405 horas destinadas às “práticas como componente curricular”; 420 horas reservadas ao estágio curricular supervisionado; e 210 horas às atividades “acadêmico-científico-culturais”.

Serão oferecidas 360 vagas anuais, distribuídas em quatro pólos, com 90 alunos cada, nos campi de São Paulo, Ribeirão Preto, Piracicaba e São Carlos. O vestibular será realizado pela Fuvest, e será específico para essa modalidade de ensino.

Segundo a Reitoria, serão oferecidos bônus para os professores sem curso superior, que atuem em docência na educação básica; licenciados em área diferente de sua formação e com experiência docente; portadores de diploma de conclusão de curso superior oficial ou reconhecido e com experiência docente em qualquer área; egressos do ensino médio com tempo mínimo de quatro anos de formados; e portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente.

Recomendações

A Comissão de Avaliação Acadêmica (CAA), em seu parecer sobre o curso, aprovou-o no mérito, porém fez uma série de recomendações quanto a “número de vagas, número de professores, educadores e tutores”, advertindo para o fato de que a proposta mais recente mencionava “8 pólos, 1.080 vagas, 8 docentes, 96 educadores e 96 tutores”; infra-estrutura física e de pessoas das unidades necessárias à implementação do curso; e sobre a necessidade de “definir claramente a participação financeira/organizacional da Univesp”.

No entanto, a CAA amenizou o parecer do relator, professor Ivan Falleiros, da Escola Politécnica, de 24/11/08, o qual considera que “a proposta não está em condições de implantação imedia-

ta, em escala que torne o processo irreversível”, pois há “muitas perguntas sem respostas”. Ele questiona, no texto: “Qual é a grande universidade do mundo que tem excelência nas duas vertentes, presencial e à distância? Como se faz para não criar duas castas de graduados? (veja-se o preconceito, não muito distante no tempo, que liquidou, entre nós, com a experiência do Engenheiro Operacional)”.

Para o professor Falleiros, a “USP tem apenas uma experiência em larga escala desse tipo de construção e ainda em andamento, na EACH. Será isso suficiente para expor, irreversivelmente, a uma novidade, um grupo muito maior de alunos, em condições talvez mais difíceis?”

Falleiros sugere que a Open University seja consul-

tada a respeito, por ter “milhares de graduados e décadas de experiência”. E ironiza: “Em época de Jubileu, seria oportuno lembrar 1934 e trazer especialistas de fora para implantar uma nova USP”.

As preocupações do professor procedem, pois se espera unidade na USP, com um único conjunto de regras para o ingresso dos interessados. A criação de outra entrada, como proposto neste curso e aprovado pelo CO, criará disparidade entre os formandos. Além do mais, a continuada aprovação de cursos virtuais sem dúvida permitirá, em prazo relativamente curto, que a “USP virtual” tenha mais alunos do que a USP presencial, sem garantias de manutenção da qualidade e do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Calourada debate relação entre crise econômica e universidade

No próximo dia 18/2, o movimento estudantil da USP receberá os ingressantes de todas as unidades na Calourada Unificada. Tradicionalmente organizada pelas entidades representativas dos estudantes (DCE-Livre, centros acadêmicos e APG), com participação de grupos independentes, a Calourada debaterá, nesta edição, o tema “A Crise da Universidade e a Universidade em Tempos de Crise”.

Para o debate de abertura, “A crise da universidade”, às 10 horas, está prevista a presença dos professores Paulo Arantes e Henrique Carneiro

e de representantes da Adusp e do Sintusp. Às 14 horas, haverá uma aula pública sobre as políticas educacionais privatizantes do governo Serra. Os estudantes ouvirão as exposições do DCE, do Andes-Sindicato Nacional, das professoras Maria Clara Di Pierro (FE) e Hermínia Maricato (FAU) em frente ao prédio da Reitoria.

Os seis grupos de discussão, a serem constituídos às 16 horas, tratarão dos temas movimento estudantil; opressões; criminalização dos movimentos sociais; meio ambiente; produção do conhecimento e propriedade intelectual;

acesso e permanência estudantil. O professor Aziz Ab’ Saber deverá intervir no debate sobre meio ambiente. A oficina livre do Centro Acadêmico da Biologia discutirá a Univesp, com a presença do vice-presidente da Adusp, César Minto.

Verba

Apenas após difíceis negociações com a Reitoria é que foi possível garantir o financiamento da Calourada, da iluminação dos shows à impressão dos manuais de concepção. “São R\$ 22.800 e eles vão ser gastos em toda a organização do evento”,

afirma Lucas Guerra, diretor do DCE.

Para Kraly de Castella, também diretora do DCE, a principal atividade do dia é a que acontece às 18 horas: “Queremos falar da crise mundial e como ela vai estar na sociedade e dentro da universidade”, explica Kraly. O debate “A universidade em tempos de crise”, que reunirá Valério Arcary (CEFET-SP), Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), Ricardo Antunes (IFCH-Unicamp) e Marilena Chauí (FFLCH-USP), antecederá a última atividade: o Show da Calourada.

Sexta Etapa: Adusp e Reitoria reúnem-se

Nesta terça-feira, 17/2, às 16 horas, a Adusp e Reitoria se reúnem para fazer uma avaliação e tratar de problemas ocorridos em concursos da Sexta Etapa do Programa de Apoio aos Concursos Públicos para Provedimento de Cargos de Professor Doutor, com vistas à Regularização da situação de docentes com contratos precários.

Adusp condena processo de reforma do Estatuto

A Reitoria continua a conduzir, por meio de Comissão restrita criada no âmbito do Conselho Universitário (CO), seu projeto de reforma do Estatuto. As propostas dessa Comissão Especial são divulgadas de modo parcelado, em “blocos”, sendo a mais recente a que introduz alterações na carreira docente, que poderá ser objeto de deliberação definitiva do CO já em março próximo (*Informativo Adusp* 273).

A Adusp remeteu carta à Reitoria condenando esse processo de reforma. No entender da Adusp, as alterações no Estatuto devem ser feitas de forma transparente e conduzidas por uma Estatuinte democrática, constituída exclusivamente com essa finalidade.

A entidade lembra nesse documento que a formulação das mudanças cabe, no processo em curso, a uma comissão restrita formada por membros do próprio CO, não havendo portanto o necessário distanciamento para que ela venha a propor mudanças efetivas no Estatuto vigente, que atendam às reivindicações históricas da comunidade.

Independência

“Pelas posições que ocupam na estrutura da universidade e no próprio CO, os membros desse colegiado te-

riam suas atribuições regulamentadas pelo estatuto elaborado por eles próprios e, portanto, não têm a necessária independência para examinar todos os aspectos relevantes: interesses individuais ou de grupos poderiam interferir ou mesmo inviabilizar alterações necessárias”, define a carta da Adusp.

Para a entidade, “uma Estatuinte constituída por docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos pode, ao mesmo tempo, representar a sociedade, ter maior independência e os necessários conhecimentos sobre o funcionamento da universidade”.

A carta critica o fato de a reforma ser executada em partes desconexas, sem a noção do conjunto, o que “compromete a avaliação das consequências de cada alteração no todo que se está a alterar e que sequer é conhecido”. Condena, ainda, o exíguo prazo concedido para estudos e propostas.

As alterações propostas na carreira docente, destaca o texto da Adusp, afetam a isonomia entre as três universidades estaduais, “com fortes implicações, na medida em que a igual trabalho deve corresponder igual salário”, e confundem estrutura de poder com política salarial. “Uma carreira docente deve ter como base, exclusivamente, critérios acadêmicos e não interferir na

estrutura de poder, nem por ela ser influenciada”.

Unidades opinam

Como a decisão do CO sobre a proposta de reforma, na reunião extraordinária de 2/12, foi postergada para março, as congregações de algumas unidades têm se manifestado sobre as alterações propostas.

Segundo o professor Vito Roberto Vanin, a Congregação do Instituto de Física (IF) sugeriu alterações pontuais nas propostas da Comissão, nos pontos referentes a carreira docente, carreira dos funcionários e eleição para diretor. O professor, que representa aquela Congregação no CO, explicou, contudo, que não chegou a ser formulada uma proposta alternativa.

Vanin conta que um dos principais pontos de discussão, no tocante à proposta de carreira docente, foi a questão de quem decidirá sobre a promoção do professor. “Para algumas unidades é melhor que a decisão aconteça na Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), para outras, internamente”, explica o professor.

Confiar a decisão sobre as promoções à CAA envolveria a criação de critérios para avaliar os professores em suas áreas específicas: “Mesmo que façam grupos de área, ainda é muito complica-

do e a decisão interna nem sempre é mesmo a melhor”, pondera Vanin com base na discussão da Congregação do IF. “O critério tem que ser objetivo, tem que pontuar com muita clareza quais são os pontos contados para haver a promoção horizontal. Isso não pode ser uma avaliação de mérito feita por algumas pessoas; deve haver critérios claros”, completa.

No IF houve ainda a preocupação com os docentes que estão próximos da aposentadoria: afinal, mesmo que sejam promovidos segundo a proposta de reforma, para alguns não haveria possibilidade de incorporação salarial. O professor diz, por fim, que se houver reforma na carreira docente na USP, deve haver também na Unesp e Unicamp. A Congregação do IF pensa que as reformas devem ser simultâneas e pede informações à Reitoria sobre o andamento delas nas outras universidades estaduais paulistas.

A Assistência Técnica-Acadêmica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo informa que a Congregação quer a alteração de dois artigos da proposta sobre a carreira docente; e sugeriu mais tempo para discutir o assunto. Mas, até o fechamento desta edição, o professor Silvio Sawaya, diretor da unidade, não havia autorizado a divulgação da ata da reunião. O

Instituto de Matemática e Estatística (IME) também não liberou a ata com o teor das manifestações de sua Congregação.

Em ofício encaminhado à Secretaria Geral da USP, a Escola Politécnica informa as alterações aprovadas pela Congregação da unidade para a proposta de reforma do Estatuto: a promoção horizontal na carreira deve acontecer sem interstício, ou com interstício menor do que cinco anos; a Comissão de Mérito deve ser indicada pela Unidade; deve haver critérios objetivos com exemplos para realização da avaliação de mérito; e todos os docentes com classificação de MS-3 ou superior deverão poder candidatar-se em condição de igualdade para cargos de chefia, diretoria e presidência de colegiados.

Debate

A Adusp realizará, em 19/2, debate sobre as mudanças na carreira docente que estão sendo propostas, com a participação dos professores João Grandino Rodas, diretor da Faculdade de Direito e membro da Comissão Especial; Otaviano Helene, presidente da Adusp; e Edmundo Fernando Dias, diretor da Adunicamp. O debate está marcado para 17 horas, no Anfiteatro Abrahão de Moraes do Instituto de Física.

Mais uma dos planos de saúde!

Um docente do ICB com afastamento oficial para o exterior por dois anos cancelou, como seria natural qualquer um fazer, seu convênio Fusp-Bradesco já que este não tem abrangência no exterior. Quando o docente preparava-se para voltar ao país, surpreendeu-se com a notícia de que, para o convênio, ele é “cliente novo” e, portanto,

tem que se submeter a todas as carências iniciais de praxe.

Apesar de argumentos sólidos em sua defesa, ele parece não estar sendo ouvido pelos gestores do convênio. Não deveria a USP, como intermediária desse convênio, sair em defesa do seu docente, exigindo que o plano de saúde contemple esse tipo de situação tão comum em nosso meio?

Carreira docente em debate

19/2 às 17 horas

Anfiteatro Abrahão de Moraes (IF)

Debatedores: João Grandino Rodas, diretor da Faculdade de Direito e membro da Comissão Especial; Otaviano Helene, presidente da Adusp; e Edmundo Fernando Dias, diretor da Adunicamp